



DOSSIÊ



Memórias LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo:

Disputas por silenciar e resistir

Maurício João Vieira Filho, *Universidade Federal de Juiz de Fora*

Mariana Ramalho Procópio, *Universidade Federal de Viçosa*

Resumo. Em um cenário político cujo embate moral promovido por movimentos conservadores põe em xeque as questões das diferenças, propõe-se, neste trabalho, a reflexão sobre ações de exclusão, de existências e de eliminação de registros históricos e artísticos dos movimentos LGBTQIA+. Especificamente, questiona-se: como o fechamento de museus e exposições artísticas instaura disputas de resistência e apagamentos de memórias LGBTQIA+ no Brasil? Essa pergunta norteadora se desdobra em caminhos de discussão: embates entre lembranças e esquecimentos; emergência de latências no contemporâneo; resistências e re-existências pela arte. Pela chave de leitura da experiência estética, inserida em uma abordagem comunicacional, nossa reflexão ensaística nos leva a perceber que a arte consegue denunciar um agora abarrotado pelo projeto moderno em que corpos LGBTQIA+ sofrem com feridas e tentativas sistemáticas de controle normativo e aniquilamento de suas memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Esquecimento. Resistência. Re-existência. LGBTQIA+.



Introdução

Menos pela cicatriz deixada, uma ferida antiga mede-se mais exatamente pela dor que provocou, e para sempre perdeu-se no momento em que cessou de doer, embora lateje louca nos dias de chuva.

Caio Fernando Abreu, em *Os companheiros* (uma história embaçada), no livro *Morangos Mofados* (2005).

À luz da epígrafe de um conto de Caio Fernando Abreu (ou Caio F., como assinava) cuja provocação pela poética evoca simbolicamente a memória e o esquecimento no período ditatorial em que silenciamentos foram estratégias de violências (COIMBRA, 2019), abrimos este texto aproximando do escritor para salientar uma problemática que se expande no cenário brasileiro.

A década de 2010 foi crivada por “cruzadas morais” contrárias à emergência das diferenças no seio social brasileiro¹. Aliaram-se grupos com diferentes interesses — como igreja, fiéis religiosos, agnósticos, políticos e economistas de alinhamento à direita — unidos pelo elo em comum sobre o que denominaram por “ideologia de gênero”. Esse empreendimento moral, cujo objetivo é impedir conquistas de direitos sexuais e legitimação da pluralidade, para evitar que tal “mal” corrompa as crianças e se espalhe pela sociedade, desestruturando-a, ganhou tons graças à desinformação e alastramento pelas lógicas plataformizadas digitais de serviços como *WhatsApp* e *Facebook* (MISKOLCI, 2018, 2021).

Na esteira de ações moralistas, ocorreram ataques orquestrados durante a visita de Judith Butler ao Brasil, em 2017, chamando-a de bruxa e pedófila, com protestos em forma de exorcismo à corporificação do que tanto temiam combater². Algumas semanas antes, a exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira* foi censurada

¹ Embora essa intensificação conservadora não seja um fenômeno exclusivo no Brasil, aqui o bolsonarismo se torna um atenuante, haja vista que sua estruturação na matriz social se desenvolve pela mobilização de questões morais como dispositivo eleitoral angariador de seguidores e aliados (QUINALHA, 2022).

² Judith Butler escreveu sobre os episódios de violência que sofreu durante a vinda ao Brasil. Sua visita era um compromisso para discutir “os fins da democracia” em um seminário. O texto autoral de Butler está disponível em: https://www.academia.edu/download/55155306/Judith_Butler_escreve_sobre_sua_teor%C3%ADa.pdf.



com ataques desde quem visitava o espaço Santander Cultural, pichações nas agências bancárias até reações nas redes sociais com acusações de heresia, pedofilia e zoofilia (TREVISAN, 2018). Pode-se compreender que, “em plena vigência democrática, surtos autoritários começaram a pipocar, com a função explícita de vigilância e censura, como patrulhas em defesa da moral e da integridade da família brasileira” (TREVISAN, 2018, p. 472). O que se viu despontar no país foi um conjunto de ações de descontextualização do real sentido dos acontecimentos, alimentado pelo inflamado projeto conservador cujo apogeu resultou na conjuntura polarizada da eleição de 2018 com a vitória de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente do Brasil.

Em 2022, duas situações apontam sintomaticamente o afã de dinâmicas sociais e as políticas de impedimento da preservação e do aparecimento das histórias LGBTQIA+: a demolição da casa onde Caio Fernando Abreu viveu seus últimos anos e o fechamento temporário do Museu da Diversidade Sexual, em São Paulo. Com pouco destaque jornalístico, um local que guardava a memória de um dos maiores escritores brasileiros, cujas obras se detinham a temáticas consideradas impronunciáveis em nossa cultura, se transformou em escombros que serão descartados. A casa de Caio Fernando Abreu, em Porto Alegre, foi demolida mesmo com manifestações populares contrárias a essa decisão outorgada pela prefeitura, e o local que abrigou os últimos anos de sua vida se transformou em entulho³. O acirramento para cessar as diferenças ganha mais fôlego ao passo que um deputado de alinhamento bolsonarista consegue, judicialmente, o fechamento do Museu da Diversidade Sexual. O parlamentar Gil Diniz, filiado ao Partido Liberal (PL) e conhecido pelo apelido de “Carteiro Reaça”⁴, entrou com uma ação questionando a regularidade administrativa do instituto responsável por gerenciar o museu. Com o resultado favorável à suspensão, o deputado comemorou a

³ Em julho de 2022, a casa de Caio Fernando Abreu, onde morou em seus últimos anos de vida, foi demolida em Porto Alegre. O local — citado em seus textos — não era tombado como patrimônio histórico e, mesmo com a mobilização de vizinhos e pessoas que admiravam o escritor, não houve a possibilidade de impedir a demolição. Dias depois, uma liminar judicial foi expedida para a demolição ser interrompida — momento em que só sobraram os restos do imóvel. Com essa movimentação, a intenção de uma entidade que guarda as memórias do autor é criar nesse terreno um centro cultural em homenagem a Caio F. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/justica-interrompe-demolicao-da-casa-do-escritor-caio-fernando-de-abreu>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁴ Tal apelido foi dado ao político quando exercia a profissão de carteiro e tinha atitudes contrárias ao sindicato dos trabalhadores e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/de-trajetoria-improvavel-carteiro-reaca-leva-estilo-bolsonaro-a-assembleia.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2023.



conquista no *Twitter*⁵, haja vista que, no dia seguinte, haveria a inauguração da mostra fotográfica *Duo Drag*, de Paulo Vitale, em que 50 *drag queens* foram retratadas. Independente do pano de fundo forjado para sustentar justificativas para tais ações, é notável que as histórias LGBTQIA+ se esvaem no curso da segregação promovida politicamente contra a pluralidade.

A princípio, é importante frisar as diferenças como processos culturais criados na linguagem com significados mutáveis que escapam qualquer fixidez e não conseguem ser totalitários aos corpos (SILVA, 2000). Contudo, esses processos simbólicos têm jogos de poder que tensionam emergências e aniquilamentos sociais. Ao avançarmos na direção do que Rennan Mafra e Ângela Marques (2019) apreendem, as diferenças são “[...] quaisquer desejos que insurgem como contrapontos à ordem estabelecida, visando atualizá-la (desde marcadores clássicos como gênero, raça/cor, sexualidade, até diferenças ligadas à saúde, a expressões religiosas, à circulação territorial, etc.)” (MAFRA; MARQUES, 2019, p. 12). Esse horizonte das diferenças requer atualizações, o que não significa apagar o passado, mas ressignificá-lo e compreender o jogo temporal produzido pela modernidade. Como insurgências contestadoras do poder, as diferenças são postas em campos de tensão com tentativas de desatualização, mas surgem em latência, que parece enfraquecer esperanças, mas com o anseio de irromper ordenamentos hegemônicos de violência aos sujeitos.

Nas próximas páginas, apresentamos, em uma perspectiva comunicacional, um gesto de aproximação entre chaves de leitura para o contemporâneo brasileiro atravessado e em constituição por alas conservadoras com projetos que tentam anular a emergência das diferenças. Diante desse contexto, neste trabalho, propomos a reflexão sobre ações de exclusão de existências e de eliminação de registros históricos e artísticos dos movimentos LGBTQIA+. Especificamente, questiona-se: como o fechamento de museus e exposições artísticas instaura disputas de resistência e apagamentos de memórias LGBTQIA+ no Brasil? Essa pergunta norteadora se desdobra em caminhos que se entrelaçam no curso deste ensaio. Primeiro, apresentamos notas sobre os acontecimentos mencionados nesta introdução com vistas a entender a

⁵ O *tweet* publicado pelo perfil @carteireoreaca, em 29 de abril de 2022, às 20h20, diz: “Não terá amostra [sic] “Drag” no Museu LGBT graças a esse Deputado Gil Diniz, que teima em fiscalizar o Governador e seus secretários! Com a palavra o governador @rodrigogarcia_”. Juntamente ao texto, há um vídeo com mais de 5 minutos do deputado se pronunciando sobre o assunto. Disponível em: <https://twitter.com/carteireoreaca/status/1520181196197670912>. Acesso em: 28 jul. 2022.



trama formada politicamente. Em seguida, respaldados em Andreas Huyssen (2000) e Beatriz Sarlo (2007), refletimos sobre museus e reuniões das histórias LGBTQIA+ como lugares ativos de conservação e agregamento de reminiscências como possibilidades de ter o direito à memória. O terceiro movimento, a partir da experiência estética, aproxima Hans Gumbrecht (2010, 2012) e Walter Benjamin (1987) para refletir o contemporâneo e as dimensões de tempos que constituem projetos políticos modernos. Nesse sentido, é olhar para manifestações artísticas que se debruçam nas questões de gênero, de sexualidade e dos corpos como gestos de captura dos mecanismos de controle que se voltam sobre nós. Por fim, as proposições decoloniais em Júlio Roberto de Souza Pinto e Walter Mignolo (2015), juntamente a Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), permitem pensar como a arte é um lócus de denúncia de um agora no qual corpos LGBTQIA+ sofrem com feridas, violências e tentativas sistemáticas de apagamento de memórias.

Fazer esse caminho a partir de uma perspectiva comunicacional é estar ciente dos desafios das interações dentro do nosso tempo, alerta dos riscos e atento às potências da transformação dos fenômenos. Na direção do que apreende Rennan Mafra (2021, p. 4), “assim, tomar a comunicação como fenômeno investigativo no contexto das organizações modernas é gesto inevitavelmente atravessado por historicidades e projetos de tempo (...)”. Essa ponderação auxilia a situar o território transitório e caótico no qual estamos vivendo e sendo afetados permanentemente. Em contextos modernos, sobretudo com as particularidades que compõem o Brasil, é fundamental ter ciência das lógicas conservadoras e morais que se despontam politicamente em nossos cotidianos. Voltar-se para as artes não é um gesto de fuga da realidade, mas de tentativas de compreendê-la com as denúncias efetuadas por artistas atentos e em sintonia com as necessidades sociais, bem como um veículo para queixas, vigilâncias e formação de memórias de tempos tão densos e complexos como o contemporâneo brasileiro.

Notas sobre acontecimentos recentes nas artes e na cultura

Antes de avançarmos propriamente às discussões que ensaiamos neste texto, é importante esmiuçar alguns acontecimentos recentes que escrevem na história do Brasil mais páginas de descaso, desrespeito e tentativas de impedir a aparição das pessoas LGBTQIA+. No cenário



político do país, um conjunto de ações se despontou com alianças para não permitir a aparição e atacar o debate público das questões englobadas no guarda-chuva de gênero. Entre alvos, as escolas, as famílias, as religiões e outras organizações eram colocadas sob a mira conservadora e de alinhamento extremista a fim de obstruir os direitos da população LGBTQIA+. João Silvério Trevisan (2018, p. 536) assinala que, “sob pretexto de preservar valores tradicionais, o projeto dos grupos conservadores propõe destruir valores que lhes são inconvenientes. Destruir para preservar é uma ‘contradição em termos’”. Vale recordar que, “do período das disputas em torno dos planos de educação, grosso modo entre 2014 e 2016, passou-se ao de denúncias e perseguições a educadores, artistas e intelectuais vistos como alguma forma de ameaça” (MISKOLCI, 2021, p. 23).

Especificamente, as artes se constituem como um dos campos que mais sofre com investidas para prejudicá-lo. Em uma tensão, de um lado, artistas, ativistas e artista seguem mobilizando, com diferentes linguagens e artifícios, produções que questionam os regimes de violência que se perpetuam na história e se atualizam na cultura; do outro lado, organizações e sujeitos tentam censurar e impedir a emergência pública. Nesse sentido, pontua Trevisan (2018), que o passado LGBTQIA+ ficou soterrado por muito tempo e, para que hoje a luta para aparição se intensificasse, muitas pessoas resistiram.

Nesse contexto mais recente, em 2017, um ano antes das eleições presidenciais, acontecimentos se despontaram com discursos de ódio e perseguição. Entre eles, destacamos a exposição *Queermuseu*, supramencionada na introdução. Com a reunião de 223 obras de arte, de 84 artistas, os quais já participaram de exposições nacionais e internacionais, diferentes sujeitos políticos em ascensão naquele momento, como Movimento Brasil Livre (MBL) e nomes como Kim Katagiri, Arthur do Val e Rafinha BK, gravavam o interior do espaço cultural ou divulgavam vídeos com imagens da exposição para publicar nas plataformas digitais e insuflar um debate de ataques e desinformação, acusando os artistas de abuso.

Após esse acontecimento, em 2018, acontece uma das eleições presidenciais mais polarizadas do país, em que ganha Jair Bolsonaro, até então parlamentar que esteve por 30 anos ocupando um cargo público. Uma das primeiras ações de Jair Bolsonaro ao tomar posse no cargo de presidente foi extinguir o Ministério da Cultura (MinC). Em uma medida provisória, em 1º de janeiro de 2019, ele acaba com o Ministério e reduz



as atividades da pasta para a Secretaria Especial de Cultura, a qual esteve ligada aos ministérios da Cidadania e, por fim, do Turismo. Cabe lembrar, como traz Luiza Almeida Rosa (2022), em uma resenha a partir do livro de Rafael Moreira e Lincoln Spada, *O fim do Ministério da Cultura: reflexões sobre as políticas culturais na era pós-MinC*, que esse ministério é instituído na redemocratização no período final da ditadura militar no Brasil. Na gestão bolsonarista, “[...] seis pessoas [...] passaram pelo cargo máximo da Secretaria Especial da Cultura”, escreve Rosa (2022, p. 4-5), que recorda o primeiro secretário, “[...] Henrique Pires, que saiu após acusar o governo de tentativa de censura a um edital ligado à temática LGBTQIA+ [...]”. Os jornalistas Guilherme Mazui e Gustavo Garcia (2019) escrevem para o G1 que a dissonância de Henrique Pires dentro dos interesses governamentais culminou na demissão. Além disso, eles recordam que, uma semana antes, “[...] ao fazer uma transmissão ao vivo em uma rede social, Bolsonaro disse que o governo não vai financiar produções com temas LGBT” (MAZUI; GARCIA, 2019, parágrafo 5).

De modo geral, o que se nota é a ausência de investimento em cultura, com ataques forjados amplamente contra a Lei Rouanet — uma normativa de apoio à cultura e às produções artística com financiamentos —, por exemplo, e tampouco para incentivos direcionados para grupos minoritários. A fala do então presidente ilustra o projeto de apagamento e censura contra ações artísticas LGBTQIA+: “fomos garimpar na Ancine, filmes que estavam já prontos para ser captado recursos no mercado. [...] É um dinheiro jogado fora. Não tem cabimento fazer um filme com esse tema” (MAZUI; GARCIA, 2019, parágrafo 6).

Nesse guarda-chuva de ascensão de movimentos controversos contra as dissidências de gênero e sexualidade, tem-se a investida para o fechamento do Museu da Diversidade Sexual em São Paulo. O fechamento temporário entre abril e agosto de 2022 foi resultado de um pedido protocolado pelo deputado “Carteiro Reaça”. A ação foi acatada pela Justiça do Estado de São Paulo que decidiu suspender o contrato entre o governo e o Instituto Odeon, que administrava o local desde o começo de 2022. No valor de 30 milhões de reais, a alegação do deputado era de que essa quantia firmada em contrato era alta demais para a administração do que ele chamou por “sala de exposição” — expressão mobilizada na tentativa de inferiorizar o museu e circunscrevê-lo a uma posição de desnecessário aos órgãos públicos do Estado. No entanto, a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo disse que o espaço



seria ampliado, o que aumentaria a capacidade para exposições e atividades culturais — ação que ocorreu em 2023.

Após o período fechado, o museu retomou as atividades em setembro de 2022, com a manutenção do contrato e a realização da exposição “Duo Drag”⁶. No mesmo ano, apesar de pouca notoriedade dada pela mídia hegemônica e mais atenção de veículos jornalísticos locais, a casa de Caio Fernando Abreu, que poderia se ser tombada e tornar um espaço para ações políticas em prol da memória do escritor, não existe mais. Em poucos minutos, o trator demoliu anos de história com aval da prefeitura. Hoje, encontramos os registros da casa pelas imagens da internet, como no Google Maps e a captura de março de 2022 (figura 1). Porém, mesmo sem a casa e o patrimônio material, os valores simbólicos das obras de Caio F. permanecem e exigem esforços de resistência para que as suas memórias e de outras tantas pessoas continuem vivas.

Figura 1 — Captura de tela da fachada



Fonte: Google Maps⁷

Importante destacar que, em 2010, o movimento “Salva a Casa do Caio Fernando Abreu” tentou impedir a especulação imobiliária, uma vez que a casa iria a leilão naquele ano, e transformar o espaço em lugar de

⁶ Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/museu-da-diversidade-sexual-em-sao-paulo-e-fechado-por-tempo-indeterminado/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁷ Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/i1xALwCP6WEKHven6>. Acesso em: 17 nov. 2023.



memória e cultura. Contudo, a casa foi arrematada e, anos depois, com a licença da prefeitura de Porto Alegre, demolida. Outro ponto dessa história, relatado em reportagens jornalísticas, é o desconhecimento do arquiteto, listado na licença como responsável para o processo de demolição, de que o imóvel foi habitado por um dos mais importantes escritores brasileiros (GOMES, 2022).

Páginas que se esvaem: memórias, entre lembrar e esquecer

No senso comum, é possível dizer que a história consiste na ciência que estuda o homem e sua ação no tempo e no espaço, por meio da investigação do passado, do presente e de sua interferência no futuro. William Menezes (2004) complementa que, em razão de sua tradição positivista, a história procura encontrar regularidades e alcançar uma certa universalidade por meio do encadeamento temporal de marcos representados discursivamente a partir de perspectivas de quem alcança o poder de narrar. Ainda em sua vertente tradicional, a história tende a naturalizar os feitos por meio de discursos heroicos, cronológicos e condensadores de referenciais de poder.

Contudo, é preciso destacar que, a partir da segunda metade do século XX, as humanidades no geral atravessaram uma guinada subjetiva que, nas palavras de Beatriz Sarlo (2007), pode ser caracterizada a partir do protagonismo de fenômenos, métodos e campos de pesquisa nos quais a subjetividade está em destaque como objeto de estudos, numa atitude reflexiva que procurava problematizar as abordagens deterministas e universalizantes. No caso da história, abordagens como a história oral ou história de vida, a nova história, a história contemporânea ou história do tempo presente, lançaram luz a aspectos “micro” da vida coletiva, dentre os quais, destacamos aqui a valorização da memória.

Por esse prisma, entendemos a memória como uma construção narrativa e viva. Coincide com o presente no par em choque de perder e recordar. A memória envolve processualidade, movimento e é parte das disputas entre lembrar e esquecer. São reminiscências que vagueiam e se multiplicam a partir de cada sujeito e grupo social, mas que, nas palavras de Sarlo (2007), deve ser compreendida em seu caráter discursivo e se forma como uma narrativa orientada por princípios sociais. Esse horizonte conceitual permite refletir sobre os referenciais desenvolvidos



devido às ingerências da aceleração do tempo, da instantaneidade, da mundialização e da modernidade.

Por ser esse processo, a memória diz respeito também às formas de afetação no e com o mundo, logo são variáveis, (re)criadas e em curso. Conforme Andreas Huyssen (2000), a memória tem sido alvo obstinado da cultura, visto que vivemos imersos em um presente inundado de passados, em que se cria uma musealização das coisas. Sarlo (2007) também nos chama atenção para os limites dos testemunhos e das memórias como fonte de conhecimento, tendo em vista a hipervalorização da subjetividade como fonte de uma verdade inquestionável, baseada no imediatismo da experiência individual. Esse processo indica não só o excesso, como também aponta para a imprecisão do futuro, pois parece não haver dimensões concretas que possam assegurar a preservação do que aconteceu. Entre paradoxos, os passados presentes indicam que as experiências com o tempo se tornam lembranças em movimento, imperando desejos por passados e antecipações de futuros.

Embora pareça espantoso ter tantos passados constituindo o presente, o que traz uma sensação de estagnação, por outro lado, isso mostra caminhos potentes para emergir o que não pode aparecer até então nas relações de poder. Nessa perspectiva, Sarlo (2007) destaca a importância política que as memórias podem assumir em certos contextos históricos, nos quais as memórias se apresentam como uma fonte alternativa diante das visões oficiais defendidas pelos grupos que se encontram no poder. Nessa esteira, pode emergir o “lixo da história” que, nas palavras de João Silvério Trevisan (2018, p. 537), reúne as memórias das diferenças como lugares de omissão e desmemória, já que ao irromper podem atrapalhar o fluxo corrente hegemônico. O passado LGBTQIA+ que hoje ganha tónus para recuperação foi, historicamente, anônimo e clandestino por ser transgressor aos discursos hegemônicos (TREVISAN, 2018).

Nesse sentido, é notável apreender o Museu da Diversidade Sexual e a exposição artística *Queermuseu* — e tantas outras que se despontam publicamente como acervos on-line e físicos, mas que ainda enfrentam a escassez de investimentos e a incipiente chance de conseguir recursos e espaços⁸ —, como memórias discursivamente potentes, nas quais ocorrem

⁸ Para ilustrar esse argumento, pode-se notar a expansão de publicação de obras de arte com plataformas como Museu Bajubá (<https://museubajuba.org/>) ou pelo Google Arts & Culture, que rompem fronteiras geográficas e de acesso às exposições (<https://artsandculture.google.com/search?q=lgbt>). Em contrapartida, o sentido político que



resgates de reminiscências para formar mosaicos em construção do que não pôde aparecer. São lugares cujo compromisso ético-político têm como foco tonificar memórias elipsadas no curso da cisheteronormatividade. Conforme Michael Pollak (1989, p. 9) afirma, “o problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não dito’ à contestação e à reivindicação”. Essas memórias submersas podem virar oficiais, no sentido de ganharem espaço e visibilidade, à medida que afloram e questionam aquilo que foi posto como dizível e contado como a narrativa única dos vencedores. São valores e significados que precisam insurgir como confrontantes ao que se cristalizou com base em violências.

Ao considerar a memória LGBTQIA+, nota-se como nos foi impedido de termos esse acervo comum, uma vez que a operação de violência social em nossa cultura coibiu nossas vivências, nos relegou aos espaços do invisível e nas zonas marginais. Renan Quinalha (2022) compreende a necessidade de empenharmos no resgate de memórias e na manutenção de lugares para circularem e ganharem os espaços que lhes foram retirados. Há carência de avançar muito com iniciativas e estratégias para dar destaque aos processos pelos quais a população LGBTQIA+ enfrentou, bem como ter o direito de se ter memórias (BAPTISTA; BOITA, 2017). É válido ressaltar que, no contexto recente do Brasil, com acentuada atenção ao governo de Jair Bolsonaro na presidência (2019-2022), o Brasil não tinha ações, órgãos políticos ou políticas públicas direcionadas à memória LGBTQIA+. Ao contrário, predominavam ataques sistemáticos à população LGBTQIA+, os quais advêm desde a década de 2010 — na emergência do governo de Dilma Rousseff — com o destaque para ações de combate às questões de gênero e sexualidade (COSTA, 2022).

O museu e as exposições alvos dos ataques citados são lugares de memórias que divergem daquilo que a historiografia oficial deseja revelar e guardar como grandes feitos da humanidade. Não é à toa que grande

potencializa o confronto às normas também faz com que manifestações artísticas dentro dessa temática sejam excluídas, apagadas ou impedidas de serem vistas. Um exemplo foi a exposição “Abecedário da diversidade”, em Niterói, em junho de 2022, ser escondida um dia após ser inaugurada em um shopping, sob alegação de não atrapalhar o fluxo dos clientes pelos pavimentos. Ainda houve manifestação do vereador Douglas Gomes (PL) exigindo a retirada das obras de artes e comemorando o resultado com a seguinte mensagem: “Retiraram os murais. Nosso posicionamento fez diferença! Não iremos nos dobrar a um shopping que quer enfiar goela abaixo a cultura LGBT aos nossos filhos! A família resiste!”. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/exposicao-lgbtqia-shopping-plaza/>. Acesso em: 7 set. 2022.



parte dos museus do Brasil reúne registros e objetos que rememoram os sujeitos europeus que invadiram territórios nacionais e dizimaram povos originários, mas que são considerados heróis da narrativa histórica. A demolição da casa de Caio F. é outro exemplo sintomático da atuação das instituições modernas em busca de impedir a preservação da memória. Como escreve o jornalista Fefito (2022, parágrafo 6) para o site UOL Splash, “ao destruir a casa de Caio, tentam matá-lo uma segunda vez, promovendo um apagamento cruel e completamente ignorante sobre sua importância para a cultura brasileira”. Essa morte simbólica coaduna com interesses de apagá-lo como ocorria enquanto era vivo por ter uma escrita considerada polêmica para o contexto histórico brasileiro. Vale lembrar que, “se seus textos são tensos e líricos ao mesmo tempo, não se perde de vista o autor a dar-lhe corda, como a um relógio interior, que interroga o tempo e vê-se vencido por ele” (COELHO, 2009, p. 59).

Logo, o compromisso político que deve ser assumido no compartilhamento das memórias LGBTQIA+ se dá na tonificação de sua ascensão a fim de não ser mais elipsada no curso da cisheteronormatividade. É mais que ter repositórios, é a criação de espaços de memórias vivos, abertos, compartilháveis, como as memórias são. É tomar o que nos foi roubado, o direito de ter memória.

Experiência estética no contemporâneo: passados, presentes e futuros enredados

Ter em vista a temporalidade como uma produção humana em determinado contexto para interagir no mundo permite problematizar a categoria tempo a partir de duas dimensões sócio-históricas: modernidade e contemporaneidade. Sobretudo a modernidade provoca tensionamentos em nossa vida com o propósito de modular nossas experiências e afetar nosso ser e estar no mundo.

Como Rennan Mafra (2021) apreende, três instituições se instauram na organização da vida moderna: Estado, Mercado e Ciência. Cada uma ao seu modo, mas com o elo cunhado no privilégio da razão a partir do discurso de produção do corpo e de controle racional, bem como pela lógica de universalidade do sujeito. Estabelece-se, portanto, uma ferida no corpo, esse território cultural repleto de sentimentos e afetações no mundo. As emoções passam a ser racionalizadas, uma vez que se torna necessário produzir, matematizar, ser eficaz e estritamente racional.



O sujeito da modernidade, qualificado como *self* pontual por Charles Taylor (2011), é aquele cujo corpo, tempo e produtividade devem ser controlados. O corte entre mente e corpo na modernidade submete ao critério construído como universal e, conseqüentemente, todas as existências que divergem dos modos modernos são violentadas. Tudo isso traz problemas de ordem psíquica, emocional, material e direta às nossas vidas, já que produz subjetividades que têm como parâmetro o controle institucional. As feridas da modernidade são formadas de diferentes dimensões e matizes, mas sempre começam pelo corpo como alvo do controle e da docilização pelo poder (FOUCAULT, 1998), além de serem frutos de processos colonizadores com bases epistêmicas europeias.

O arsenal discursivo da modernidade visa instituir um valor moral sobre a vida, isto é, julgamentos axiológicos de bom ou ruim, de verdadeiro ou falso, de natural ou desviante. Quando lidamos com o mundo pautado pelas organizações modernas, somos incessantemente postos frente a questões para indagar se estamos certos ou errados, se estamos sendo produtivos ou improdutivos, se estamos seguindo as matrizes hegemônicas ou não, pois essas valorações estão interligadas com rendimentos, ser bem-visto, sofrer pedagogizações e punições (TAYLOR, 2011). Logo, em contextos desafiadores, como descrito na introdução e na primeira seção deste artigo, em que vivemos em um território crivado por disputas ideológicas e morais cuja alçada dos grupos conservadores tem como premissa a ideia de que “a vida será destruída” (MISKOLCI, 2021), ocorrem ataques às diferenças, já que estas desestruturam o projeto da modernidade e a matriz hegemônica vigente.

Importante entender que a modernidade não é estática, estável e pronta, embora queira se mostrar como um discurso sólido, já que está incutida no dia-a-dia, e o *self* pontual se arregimenta em discursos de eficiência para tentar controlar a existência (TAYLOR, 2011). Isso significa que “(...) o *self* pontual torna-se a própria inscrição, nos corpos e no tecido social, do projeto da modernidade” (MAFRA, 2021, p. 5). Porém, a vida escapa às tentativas de domínio porque é um processo que acontece imbuído de experiências. Transbordando as amarras normativas, viver é se relacionar *no* e *com* o mundo. Por isso, quando pensamos a comunicação como uma experiência estética (DEWEY, 1980), estamos refletindo a partir da nossa existência que é e está sendo afetada no mundo, ao passo que possibilita sentir o mundo para além da racionalidade imposta. Nesse sentido, ao debruçarmos em fenômenos como o apagamento de memórias das histórias LGBTQIA+ lidamos com



fenômenos que afetam nossa existência no mundo. A modernidade é um problema político, cujas ações sobre os corpos devem ser enfrentadas, pois produz cisheteronormatividade, racismo, colonização e violências que se engendram em nosso estar no mundo, provocando opressões e flagelos.

Essa perspectiva estética possibilita entender que o controle do tempo é uma das formas de introjetar o projeto moderno. O tempo é assimilado em uma escala linear e progressiva, em que o passado já passou e é findado, o presente é o instante aqui-agora e o futuro é amplo e idealizado. Logo, essa ideia marca um sentido de progresso e molda a forma como lidamos com as coisas no mundo com vistas a justificar uma certa produtividade a que o corpo é submetido. O controle do tempo tem o objetivo de formatar nossa subjetividade, instaurar parâmetros de universalidade e também vigorar o espaço moral. Com essa ação, apenas as memórias cultuadas como importantes nas escalas valorativas da cultura ganham espaço e visibilidade, como os museus que cultuam a colonialidade. O sequestro do tempo arregimentado pelas instituições modernas incide sobre nosso presente e nos modos como interagimos socialmente, de tal forma a projetar mecanismos de dominação de nossos corpos e experiências no mundo (TAYLOR, 2011). No entanto, o projeto moderno começa a colapsar a partir da queda da razão como único regime regulador dos sujeitos e da percepção de que a vida transborda a busca por sentido (MAFRA, 2021).

Nessa toada, a ideia de presença (GUMBRECHT, 2010) aponta para a inescotabilidade do sentido das coisas do mundo. “Por ‘presença’ eu queria dizer — e ainda significo — que as coisas inevitavelmente permanecem à distância ou próximas a nossos corpos; se elas nos ‘tocam’ diretamente ou não, elas têm substância” (GUMBRECHT, 2010, p. 81). Por outras palavras, trata-se de uma dimensão não-hermenêutica do nosso estar no mundo que não se limita à interpretação de tudo, algo que arrebatava e bagunça os controles do poder moderno. Esse horizonte delineado em Gumbrecht (2010) dialoga com a potência da experiência estética como formas de olhar para a realidade além de explicá-la racionalmente, mas de senti-la e ser afetado. Assim, é possível mirar o passado e o futuro como dimensões abertas e não progressivas. O passado não passou e o futuro permanece em aberto, de tal forma que é alterado pelas experiências de presença, produzindo, então, atualizações.

Pela experiência estética, que amplia as leituras possíveis do mundo, nota-se que as cicatrizes da modernidade são demarcadas pelo tempo em



nossos corpos (DEWEY, 1980). Assim, o passado ganha força, sendo que o futuro é o princípio da vida moderna. Esse paradoxo faz com que os corpos ajam, mas também sofram. São choques que abalam a vida e colocam a ideologia do progresso como algo solucionador que aperfeiçoará e apontará sempre para o melhor (BENJAMIN, 1987). Para Gumbrecht (2012), a modernidade é um cronotopo, isto é, trata-se do tempo-espaço que encarcera a vida, se constitui a partir das instituições e negligencia as experiências. O cronotopo da modernidade estrutura o tempo — enquadrando o passado como morto, o presente como instante e o futuro, extensivo —, mas não cumpriu essa promessa e se tornou um sintoma do contemporâneo.

A contemporaneidade convive simultaneamente com a modernidade, fissurando-a e lutando constantemente contra. “As maneiras pelas quais os horizontes do futuro e do passado são experimentados e conectados com um presente cada vez mais ampliado dão forma ao ainda não nomeado cronotopo, no qual a vida globalizada dos primeiros anos do século 21 transcorre” (GUMBRECHT, 2012, p. 87). Quer dizer, portanto, que na contemporaneidade existem passados mal resolvidos sobre os quais não olhamos e eles invadem nosso presente. O futuro é entendido, por outro lado, como uma dimensão encurtada, ameaçadora e sem grandes prognósticos. Essa atrofia é resultado dos regimes de enclausuramento das instituições que trazem consequências de climas de estagnação. Porém, vale subverter o presente amplo, descrito por Gumbrecht (2012), como uma dimensão de potência para estranhar o que se impõe para nossas vidas, já que vão além do que é projetado para elas.

Dito isso, como ficam as diferenças diante do projeto de modernidade que ignora a experiência? Mobilizar a experiência estética e a temporalidade, a partir de Dewey (1980), Taylor (2011), Mafra (2021) e Gumbrecht (2010, 2012), é perceber como os corpos são afetados e experienciam o mundo. A arte é um dos lócus que aviva expressar afetações, tentar burlar os regimes controladores do poder e denunciar as violências que as instituições modernas executam contra nós. Assim, é apreender que, pela arte, é possível adentrar brechas, rachar e fissurar o hegemônico, agir no micropolítico das coisas, evocar a potencialidade poética. Um exemplo é o Museu da Diversidade Sexual que fica localizado em uma estação de metrô de São Paulo. Embora seja um espaço pequeno, o qual passou por uma ampliação em 2023 para quintuplicar o tamanho (SP1, 2023), o museu está em um local de ampla circulação de pessoas, de



visibilidade para muitos que trafegam pela correria da metrópole e consegue chamar atenção pelas artes para histórias invisibilizadas.

Se é nesse regime abarrotado de passados que vivemos mergulhados, as únicas coisas que temos são memórias e é por meio delas que podemos atualizar os processos simbólicos e as representações sociais colocados para nós como sujeitos subalternos aos empreendimentos normativos de gênero e sexualidade. Se o passado está intensificado, como aborda Benjamin (1987), olhar para questões insurgentes, mas que estavam enevoadas, é um gesto importante para atualizar. Ainda mais quando notamos que o curso da história tida como oficial e que nos é contada desde os livros de história, apaga os movimentos LGBTQIA+, que foram catalisadores de mudanças sociais e culturais, assim como deixa vazios sobre os corpos expurgados da visibilidade política e pública. Como Renan Quinalha (2022) debate o fluxo da história LGBTQIA+, não é atribuir um caráter natural e contínuo para o desenvolvimento de uma narrativa coesa, mas, sim, recuperar aquilo que a história não permitiu contar, rastrear esses passados e pô-los em evidência. Ouve-se e reproduz a história de “grandes heróis”, poderosos, como único (re)conhecimento possível, o que significa que um conjunto de estratégias são lançadas para manter o poder para sujeitos detentores dos regimes hegemônicos. Nesse sentido, pensar na expropriação das memórias e registros LGBTQIA+ constitui voltar-se para o jogo de forças que visam apagá-las e exige insurgência epistêmica e política para fazer com que os movimentos se destaquem e preencham as lacunas e para além delas. Documentar, catalogar, expor os feitos LGBTQIA+ são ações recentes que exigem reconstrução das fontes, conexões com os passados e aspirações de futuros. Não se trata apenas de formar repositórios, mas de mobilizar as histórias para tentar atualizar os significados para as lutas políticas, bem como possibilitar com que sejamos afetados e transformemos nossas experiências.

Diante disso, cabe perguntar: por que governos conservadores, como no Brasil sobretudo de 2018-2022, querem exterminar a dimensão da presença e a cultura passa a ser um dos focos de ataque? É justamente pela arte que se questiona o sistema e seus ordenamentos. A demolição da casa de Caio Fernando Abreu, o fechamento do Museu da Diversidade Sexual e a censura da exposição *Queermuseu* detonam exemplos daquilo que irrompe o fluxo bolsonarista e conservador a partir do momento que se lançam à captura das franjas dos projetos moralistas e LGBTfóbicos, que dialogam com o guarda-chuva moderno, e afetam nosso ser e estar no



mundo. Quando a arte atualiza os significados das diferenças, não há como olhar para o passado da mesma forma e isso provoca em nós afetações e presença que alteram o rumo de como experienciamos o mundo, o cotidiano e nosso redor. O ataque às artes é sinal de que é possível incomodar e não nos calarmos diante das violências naturalizadas nos sentidos históricos do projeto moderno.

Feridas e cicatrizes entreabertas: resistências e re-existências no contemporâneo

Walter Benjamin (1987) percebe como o horizonte histórico da modernidade causa problemas na vida no sentido de não acolher e respeitar as diferenças. Nesse caminho, a latência emerge como resultado de não ditos desse presente entrelaçado por passados e futuros, ou seja, pode-se compreender como violências e violações, em contextos modernos, da expressão pública das diferenças (GUMBRECHT, 2010, 2012). Para recapitular, a modernidade é parte do cotidiano ao traduzir o tempo de modo linear, em que o presente é sequestrado para uma ideia de futuro amplo. Mas o que se desponta com a falência da modernidade, é que o futuro não é amplo, e sim encurtado, sem expectativas, tornando o presente amplo (GUMBRECHT, 2012). Os interesses modernos tendem a apagar marcas do passado de povos e territórios deslegitimados e excluídos da história como parte da tentativa de exaurir o corpo “desviante”. Inquestionavelmente, a população e os movimentos LGBTQIA+ sofreram — e sofrem — com a sistemática anulação de seus registros e suas memórias que são postas à mercê das violências do Estado pela figura de políticos extremistas, por atores sociais que encabeçam caça às bruxas da “ideologia de gênero” e por tantos estigmas que se acentuam nas vivências LGBTQIA+ em processos simbólicos moralizantes. Porém, como força contrária, tentamos romper a latência por meio de estratégias de subversão e questionamentos para termos esperanças de seguir com a vida. “Uma vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 30).

Essas dimensões marcam o contemporâneo como uma experiência de crise na qual se denuncia discursos. Uma das queixas contra a modernidade se dá pela decolonialidade por estranhar o apoderamento de territórios físicos, corporais, epistêmicos e culturais. Com efeito, cabe reconhecer o gesto de repensar o futuro a partir da ressignificação do passado para ter o presente como espaço de ação política. Pela linha



argumentativa de Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016) e Júlio Roberto de Souza Pinto e Walter Mignolo (2015), tem-se que a decolonialidade é a possibilidade de elaborar, denunciar, acolher um agora como local para processar as feridas coloniais, formar alianças e ter como conseguir fôlego para combater as pressões que pairam sobre nós. Como corpos LGBTQIA+, em um cenário de flagelos conservadores e morais no contemporâneo, constata-se que há violências que atravessam as experiências sociais para constranger e sufocar. São feridas abertas historicamente que, mesmo se houver alguma forma de repará-las, suas cicatrizes permanecerão como latência do projeto de violência a que fomos submetidos.

Desde já, aproximar-se de abordagens decoloniais, parece-nos um movimento caro e possível para o objetivo proposto neste trabalho. Decolonizar constitui-se em um vir a ser, uma ação em movimento para a vida, que não se limita à academia ou uma disputa conceitual.

Decolonialidade (...) abrange não apenas os movimentos de transformação das ex-colônias europeias em estados-nações independentes – *descolonização* –, como também os esforços de desligamento ou desengajamento subjetivo, epistêmico, econômico e político em face do projeto de dominação ocidental, esforços que antecederam tais movimentos de descolonização, ainda que só tenham vindo a ganhar musculatura a partir da Conferência de Bandung em meados da década de 1950 (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 384, grifos do autor).

Deve-se ponderar que a colonialidade se estrutura enquanto projeto moderno por meio da definição de raça como forma de diferenciar e marcar desigualdades entre sujeitos e grupos sociais. Ao considerar essa perspectiva opressora, vale enfatizar que raça é uma categorização para demarcar diferenças entre os indivíduos com base em parâmetros biológicos que visam controlar corpos, mas que enquadra tudo, exceto a branquitude. Assim, um dos gestos de ação da decolonialidade é reconhecer o lugar de racialidade do corpo nas relações de saber e poder (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). O racismo é epistêmico, não um fato biológico, mas um engendramento de hierarquias para controle e dominação dos corpos, saberes e poder (PINTO; MIGNOLO, 2015).

A sexualidade é outro marcador social que se desponta como fator biológico, operando pela binaridade da normalidade-anormalidade cujas



consequências são as patologizações e as tentativas de corrigir esses corpos que estão fora dos padrões das normas. Mas como sabemos não é nada biológico ou natural, como as organizações modernas e os discursos hegemônicos tentam impor, mas com histórias orquestradas para imperar interesses de universalidade e agir como dispositivo que se organiza por discursos em diferentes instâncias da vida (FOUCAULT, 1999). Essa pontuação nos lança ao desafio de apreender que, pela sexualidade, são construídas memórias que se arregimentam pelos binarismos, pelas coerções, pela desumanização e sedimentam modos de viver tidos como corretos e outros como prejudiciais da ordem social. Memórias que se cristalizam dentro do que se torna socialmente aceito e que se esvaem pelo que não pode ser admitido⁹.

Cabe frisar que as memórias que permanecem no imaginário social, por vezes, são as da cisgeneridade e da heterossexualidade, dos sujeitos brancos e detentores de poder. Por isso, deve-se observar que as artes citadas se tornam problema ao passo que capturam latências e escancaram a falência da modernidade. A exposição *Queermuseu* foi um dos alvos escolhidos para imperar a violência, em 2017, a partir da falsa moralidade que se lançava como ideais de um conservadorismo que deseja resguardar o ordenamento social centralizado em corpos docilizados e conformados aos empreendimentos normativos. Logo, não são todas as artes que podem ser vistas, pois suas ações conseguem desordenar e abalar esse pretense projeto falido e ressignificar as histórias.

Considerações finais

Com sagacidade, João Silvério Trevisan (2018, p. 536, grifo nosso) considera que “aos setores oprimidos só resta aquilo que sabem fazer melhor: *criar*. Quanto mais os querem destruir, mais estarão elaborando novos valores, abrindo caminhos inusitados e inventando momentos de sobrevivência difícil e necessária”. Essa citação pode ser considerada uma das possibilidades que temos, uma vez que, apesar de os regimes de violência e autoritarismo, forjados de moralidade e conservadorismo, tentarem apagar histórias e movimentos que se uniram para reivindicar

⁹ Essas divisões em lógicas e polos contrários produz fronteiras, como Gloria Anzaldúa (2019) escreve. Justamente na fronteira é onde a cicatriz se forma, mas devemos transbordar essa fissura a partir da insurgência aos discursos e às narrativas que tentaram estabelecer um sistema universalizante para os sujeitos.



direitos humanos, resgatar o que fizemos e intervir por lutas de liberdade, não nos calamos e nem calaremos. As tentativas despontadas no Brasil a partir do fechamento de museus, comemorações públicas de políticos cujos espectros ideológicos extremistas se vangloriam da conquista do espaço público para usar de violência de forma legitimada pelo estatuto social que ocupa, do contínuo incentivo a ignorar as diferenças são alguns dos indícios da instauração de um projeto que quer, além de docilizar os corpos, submetê-los aos regimes de colonialidade e subalternidade. Sob pretextos de manter a família patriarcal tradicional, de proteger crianças e de manter valores morais conservadores, o Brasil ganha páginas de histórias nefastas e violentas, manchadas de ódio e de retrocessos nos direitos humanos, em que ficarão marcadas em nossas memórias pelas lutas de resistência e re-existência que precisamos promover constantemente.

O Brasil vive um período histórico singular e complexo cujas características remontam ao passado, quando constatamos os empreendimentos morais que se despontam nos ataques políticos, enquanto mobilizamos e unimos para insurgir e fazer frente ao conservadorismo moral que tenta eliminar corpos marginalizados socialmente. Paul Preciado (2021) observa como o Brasil é um país onde há um caos instalado por disputas antagônicas, isto é, de um lado, há uma frente engajada em questionar tal contexto e lutar pelo atendimento de demandas sociais, mas, do outro lado, há um neoconservadorismo que, ardidamente, age com base em pautas morais, desinformação e uso engajado das redes sociais para camuflar a emergência das diferenças. Nesse sentido, a disputa que emerge é política, epistemológica, social e cultural, no sentido de que precisamos estar do lado que luta contra os perigos gerados pelas violências. Para Preciado (2021, parágrafo 34), “o Brasil tem um dos regimes neopatriarcais e neocoloniais mais hiperbólicos (quase uma paródia de si mesmo) do mundo, mas possui também alguns dos movimentos de contestação e de resistência mais interessantes, em especial com as culturas indígenas”. É dessa forma que precisamos unir alianças em diálogo para reconstruir mundos e atualizar as diferenças.

Mesmo que projetos políticos tentem exterminar o que é dissonante aos ideais confabulados pela alcunha de bem social, as diferenças estão em ebulição e não serão negligenciadas. Mesmo que esses projetos políticos se instaurem, como no Brasil 2019-2022, eles não conseguem apagar as obras e as experiências. O legado de Caio Fernando Abreu



permanece vivo, junto a sua memória, assim como as obras de arte impedidas de serem exibidas aparecem para romper o fluxo linear dos sentidos e provocar afetações inexplicáveis.

As palavras de Renan Quinalha (2022) acerca da história e da memória sugerem como devemos nos organizar politicamente para atualizar os passados, atuar de forma contundente e precisa no presente e imaginar futuros que são vivíveis.

A história e a memória do ativismo LGBTI+ têm uma importância fundamental não somente por fazer conhecer o passado e restituir a hereditariedade entre gerações que, em cada época, vão contribuindo para a formação de uma comunidade sempre em devir. Olhar para trás é também essencial para pensar as formas de agir no presente e projetar os futuros possíveis. Não há manual escrito na história, não se trata de repetir acertos e evitar erros já cometidos, mas de enfrentar os desafios que estão postos à luz da informação e da consciência da nossa própria trajetória coletiva (QUINALHA, 2022, p. 147).

Essa pontuação indica que nossas vidas estão como alvo de ataques do sistema vigente porque lhe desestrutura e o coloca sob o fio da navalha do questionamento dos problemas gerados pelo sistema capitalista, colonial e conservador no/do Brasil. Portanto, é crucial ampliar os segmentos de reivindicação e romper as relações de poder que organizam as bases que legitimam o bolsonarismo no contexto brasileiro. Não são tarefas fáceis, haja vista que os ataques e os silenciamentos influem na tentativa de eliminar nossa presença.

Como alento para nós e resultado que motiva agirmos mais em aliança, o Museu da Diversidade Sexual foi reaberto em 2 de setembro de 2022 e, no ano seguinte, passou por uma reforma que aumenta o espaço e a capacidade das exposições artísticas. Outro acontecimento que nos motiva é a descoberta de um poema inédito de Caio F. encontrado em um sítio de Gramado, no Rio Grande do Sul, com original escrito à mão em 1989 (LOPES, 2023). Com esse espírito de resistência e re-existência, devemos agir contra a LGBTfobia e mobilizar politicamente para uma frente progressista engajada no combate às desumanidades. Paulo Freire (2021, p. 73), exímio educador tão vilipendiado no Brasil contemporâneo por quem tem o ódio como arma política, afirma que “(...) o amanhã não é algo pré-dado, mas um desafio, um problema”. Dessa forma, temos o agora como momento crucial de ação para que, de alguma forma, subvertamos os regimes de ódio que apagam nossas memórias. Embora o



artigo se encerre aqui, trata-se de temas cuja urgência grita pela necessidade de reivindicar memórias e produzir acervos vivos, abertos e plurais. Como diz João Silvério Trevisan (2018, p. 578), “quanto mais escuridão dos opressores, maior será a luz emitida pela purpurina dos oprimidos”. Não calar, agir e escancarar a mediocridade que esse projeto de violência representa.

Referências

ABREU, Caio Fernando. **Morangos mofados**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**, São Paulo, v. 5, p. 108-119, 2017. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>. Acesso em: 30 ago. 2022.



BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COELHO, Eulália Isabel. **Jogo do imaginário em Caio F.**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

COIMBRA, Rosicley Andrade. Memória e esquecimento em “Os companheiros”, de Caio Fernando Abreu. **Todas as musas: revista de literatura e das múltiplas linguagens da arte**, [s. l.], v. 11, p. 150-158, 2019. Disponível em: https://www.todasasmusas.com.br/21Rosicley_Andrade.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

COSTA, Rafael. Com acervos e museus, entidades lutam pela memória LGBTQIA+ no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2022/02/com-acervos-e-museus-entidades-lutam-pela-memoria-lgbtqia-no-brasil/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DEWEY, John. Tendo uma experiência. In: LEME, Murilo Otávio Rodrigues Paes. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 89-105.

FEFITO. **Demolir casa de Caio Fernando Abreu é tentar fazer que ele morra de novo**. UOL Splash, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/colunas/fefito/2022/07/19/demolir-casa-de-caio-fernando-abreu-e-tentar-fazer-que-ele-morra-de-novo.htm>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Luís. **Antiga casa de Caio Fernando Abreu em Porto Alegre começa a ser demolida**. Sul21, 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/cultura/2022/07/antiga-casa-de-caio-fernando-abreu-em-porto-alegre-comeca-a-ser-demolida/>. Acesso em: 16 out. 2023.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Nosso amplo presente. **Revista Redescritões. Revista digital do GT de Pragmatismo**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 81-94, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/301>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LOPES, Janaína. **Poema inédito de Caio Fernando Abreu é encontrado no RS; leia**. G1 RS, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/09/29/poema-inedito-de-caio-fernando-abreu-e-encontrado-no-rs-leia.ghtml>. Acesso em: 17 out. 2023.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. AS ORGANIZAÇÕES MODERNAS E O CONTEMPORÂNEO: notas para uma leitura comunicacional do presente. *In: ANAIS DO 30º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2021, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2021, p. 1-20. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/as->



organizacoes-modernas-e-o-contemporaneo--notas-para-uma-leitura-comunicacional-do-presente?lang=pt-br. Acesso em: 25 jul. 2022.

MAFRA, Rennan Lanna Martins; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Organizações, modernidade e democracia na América Latina: diferenças desatualizadas e climas de estagnação. *In: XXVIII Encontro Anual da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação*, 28., 2019, Porto Alegre/RS, **Anais Compós 2019...** Porto Alegre: Compós, p. 1-20. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/papers/organizacoes--modernidade-e-democracia-na-america-latina--diferencas-desatualizadas-e-climas-de-estagnacao>. Acesso em: 7 set. 2022.

MAZUI, Guilherme; GARCIA, Gustavo. **Secretário de Cultura deixa cargo após governo suspender edital com séries sobre temas LGBT.** G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/secretario-de-cultura-deixa-cargo-apos-governo-bolsonaro-suspender-edital-com-series-de-temas-lgbt.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MENEZES, William Augusto. **Evento, Jogo e Virtude nas eleições para a presidência do Brasil – 1994 e 1998.** 2004. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais:** política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>. Acesso em: 25 jul. 2022.



PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.3.20580>. Acesso em: 7 jul. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio, Estudos Históricos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 6 jun. 2022.

PRECIADO, Paul B. **Regime heteronormativo e patriarcal vai colapsar com revolução em curso, diz Paul Preciado**. [16 de janeiro de 2021] São Paulo: Folha de S. Paulo. Entrevista concedida a Naná DeLuca e Úrsula Passos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/01/regime-heteronormativo-e-patriarcal-vai-colapsar-com-revolucao-em-curso-diz-paul-preciado.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROSA, Luiza Almeida. Impedimento na Cultura. **Galáxia**, São Paulo, v. 47, p. 1-7, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202258697>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.



SP1. Museu da Diversidade Sexual é ampliado e será reaberto em julho no Centro da cidade de SP. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/20/museu-da-diversidade-sexual-de-sp-e-ampliado-e-sera-reaberto-em-julho-na-avenida-paulista.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.



LGBTQIA+ memories in contemporary Brazil: Disputes over silencing and resistance

Abstract: In a political scenario where the moral clash promoted by conservative movements calls into question the issues of differences, this paper proposes a reflection on actions to exclude existences and eliminate historical and artistic records of lgbtqia+ movements. specifically, the question is: how does the closure of museums and art exhibitions establish resistance disputes and erasures of lgbtqia+ memories in brazil? this guiding question unfolds into paths of discussion: clashes between memories and forgetfulness; emergence of latencies in the contemporary; resistances and re-existences through art. through the reading key of the aesthetic experience, inserted in a communicational approach, our essayistic reflection leads us to realize that art can denounce a now crowded by the modern project in which LGBTQIA+ bodies suffer from wounds and systematic attempts of normative control and annihilation of their memories.

Keywords: Memory. Forgetting. Resistance. Re-existence. LGBTQIA+.

Maurício João VIEIRA FILHO

Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente, é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e jornalista graduado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Desde 2019, é integrante do grupo de pesquisa DIZ: Discursos e Estéticas da Diferença.

E-mail: mauriciovieiraf@gmail.com.

Mariana Ramalho PROCÓPIO

Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atua como docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio doutoral realizado na Université Paris-Est Créteil, na França. Mestre também em Estudos Linguísticos pelo POSLIN/UFMG e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela UFV. Realizou Pós-Doutorado em Mídia e Estudos de Gênero na Lancaster University, na Inglaterra. É líder do DIZ - Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença e coordenadora do NIEG - Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UFV.

E-mail: mariana.procopio@ufv.br



Recebido em: 12/07/2023

Aprovado em: 25/11/2023